

Começam os protestos na OMC

Milhares de manifestantes iniciaram ontem em Hong Kong os protestos contra a globalização durante a 6ª reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio. As manifestações continuarão por toda a semana.

Os manifestantes vieram de muitos países e pertenciam a ONG's e sindicatos. Alguns portavam faixas onde se podia ler : "Arroz é vida. A vida não está à venda" ou "Descartem a OMC" e marcharam desde o distrito comercial de Causeway Bay até o distrito financeiro. Havia uma predominância de militantes dos países asiáticos : sul-coreanos, indonésios, filipinos, indianos e chineses.

— Foi um protesto pacífico e bem-sucedido. A maior fonte de violência é a OMC — disse Elizabeth Tang, diretora da ONG Aliança dos Povos, que coordenou a manifestação

Os 149 membros que compõem a OMC discutirão as pautas para aumentar os "mercados livres" , mercados que ao contrário das promessas de prosperidade econômica, tiraram os empregos dos trabalhadores e aumentaram a miséria.

A maioria dos manifestantes ainda não chegou a Hong Kong. Espera-se a chegada de cerca de 10 mil ativistas, entre eles cerca de 1.500 agricultores, estudantes e sindicalistas sul coreanos que destacam-se por sua militância. A policia chinesa ameaça os manifestantes de deportação. Foi o que aconteceu com representantes dos sindicatos e grupos de agricultores das Filipinas que foram ameaçados no aeroporto de deportação se detidos nas manifestações.

A delegação da Federação Internacional dos Metalúrgicos composta pelos companheiros Silumko Nondwangu, secretário geral dos metalúrgicos da África do Sul (NUMSA), Carla Coletti representante da FITIM em Genebra e Fernando Lopes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT participou da manifestação.

O ativista britânico Tom Grundy disse " Precisamos despertar a consciência sobre a verdadeira intenção da OMC. Ela não é eleita democraticamente e esmaga e invalida qualquer lei de um país destinada a proteger os trabalhadores ou o meio ambiente". Ele participou da manifestação com uma fantasia de galinha.



Bom para eles, ruim para nós

CUT divulga estudo que aponta os riscos de ceder, em Doha, aos pedidos dos países desenvolvidos

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) engrossou o coro de preocupação com as posições a ser assumidas pelo Brasil na 6ª Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), de 13 a 18 deste mês em Hong Kong. Na quinta-feira 8, a entidade divulgou um estudo de 120 páginas, no qual aponta os riscos de uma nova abertura comercial para produtos industrializados, ainda que a contrapartida facilite a entrada de gêneros agrícolas nos países desenvolvidos.

"Esse tipo de relação comercial não interessa ao Brasil", afirma o presidente da CUT, João Felício. O sindicalista critica, em especial, a proposta de redução de alíquotas defendida pelo Ministério da Fazenda. Ao seguir a chamada fórmula suíça, a equipe de Antonio Palocci sugeriu a queda da tarifa

máxima dos atuais 35% para 10,5%. A gritaria geral da indústria apressou a rejeição da proposta na Câmara de Comércio Exterior (Camex), instância máxima das relações comerciais brasileiras. "Mas ainda estamos receosos", ressalta.

O trabalho da CUT elenca resultados pouco alentadores do movimento de liberação de importações nos países latinos durante os anos 90. Naquela década, mostra o estudo, os superávits comerciais da região em bens primários cresceram 14%, ante uma elevação de 400% nos déficits em produtos industrializados. "Foi uma época marcada pelo aniquilamento de setores inteiros", diz Felício. "Só nos últimos anos o Brasil voltou a ganhar mercado. Não podemos, agora, voltar a apostar no imponderável." (*Carta Capital*, 10.12.2005)

[Clique aqui para baixar o documento](#) (PDF, 122 páginas, 1,9 MB)

OMC ameaça 2 milhões de empregos no Brasil

A proposta dos países desenvolvidos para negociação de Nama (sigla em inglês de acesso a mercado de bens não-agrícolas), debatida no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), não interessa aos trabalhadores brasileiros.

Para o Brasil ela significa mais desemprego, aumento da precarização do trabalho na indústria e redução do valor agregado na estrutura produtiva. É o que mostra estudo realizado pelo Observatório Social com apoio da Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) para a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

"Nos termos hoje colocados, a negociação na OMC pode afetar dois milhões de empregos no país", diz o presidente da CUT, João Felício. "A redução drástica das alíquotas de importação de produtos industriais, como querem os países ricos e as grandes transnacionais, provocaria uma abertura indiscriminada do mercado brasileiro, com graves conseqüências para o atual processo de industrialização".

Impactos negativos

Ele alerta: "Esse escancaramento traria graves prejuízos para o emprego e o salário dos trabalhadores, com o risco de esfacelamento de vários segmentos da nossa economia, como já ocorreu nos anos 80".

Felício condena a proposta do Ministério da Fazenda de reduzir indiscriminadamente as alíquotas de importação, o que consolidaria a estratégia dos EUA e da União Européia. "De nada adianta buscarmos fatias de mercado reduzindo alíquotas de importação para o conjunto dos setores, pois esse comportamento atenderia somente às grandes corporações transnacionais, com impactos extremamente negativos para os países em desenvolvimento".

Segundo o presidente cutista, é preciso defender o mercado nacional, de forma a garantir uma economia diversificada e os investimentos em ciência e tecnologia. "Não podemos permitir que a redução de tarifas, em troca de migalhas, faça o país retornar a ser um mero exportador de matérias-primas, limitado ao agronegócio e aos minérios".

Argumentos

Três motivos básicos justificam a preocupação com a proposta dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, o Brasil e os demais países em desenvolvimento já abriram o seu mercado industrial durante a Rodada Uruguai, enquanto os países desenvolvidos continuam fazendo uso de suas políticas protecionistas na agricultura. "Trata-se de uma questão de justiça, ainda que tal tema esteja ausente das negociações comerciais em Doha na erroneamente intitulada de rodada do desenvolvimento", assinala o estudo.

Em segundo lugar, o Nama não interessa ao Brasil porque propiciaria uma segunda abertura à economia brasileira. O resultado seria o abortamento do atual processo de reindustrialização e a concentração da estrutura produtiva em setores de baixos níveis de produtividade e salários. Isso geraria desemprego em setores importantes da matriz produtiva do país, além de impedir a realização de políticas industriais e comerciais ativas.

O terceiro motivo é que a proposta levaria a um enfraquecimento do Mercosul. A redução da Tarifa Externa Comum (TEC) comprometeria parte importante do comércio intra-industrial no bloco, além de "matar" as possibilidades de desenvolver acordos de complementaridade industrial entre Brasil e Argentina. Nas relações extra-bloco, a capacidade de barganha do Mercosul também seria sensivelmente afetada. A própria política externa do atual governo estaria em xeque, já que o Brasil teria decretado livre acesso dos países desenvolvidos ao seu mercado e menor presença do comércio Sul-Sul, que tem se elevado.

Sem reciprocidade

Segundo a proposta dos países desenvolvidos para Nama, as tarifas consolidadas para bens industriais cairiam para 10% em média para o Brasil, enquanto as tarifas médias praticadas ficariam em 7,4% num prazo de dez anos.

Já segundo a proposta negociada para liberalização agrícola, no caso de um produto como o fumo, por exemplo, os Estados Unidos, que pagam uma tarifa extra-quota de 440%, teriam uma queda para 176%, ou menos ainda, para 246%, caso este fosse incluído na lista dos produtos sensíveis.

"É o caso de nos perguntarmos onde entram o chamado 'tratamento especial e diferenciado' para os países em desenvolvimento e o princípio da 'reciprocidade menos que total', tão alardeados pela OMC", diz o estudo. Para o economista da Universidade de Cambridge, Ha-Joon Chang, está ocorrendo uma inversão nos termos da negociação: os países em desenvolvimento estariam praticando uma "reciprocidade mais que total", abrindo os seus mercados em troca de muito pouco.

Abertura desastrosa

A segunda razão para a recusa à negociação em Nama se baseia na evidência do que representou a abertura da década passada, aponta o estudo. Na América Latina os anos noventa foram marcados por uma tentativa de adequação dolorosa a uma abertura oferecida sem reciprocidade.

Junto com a redução das tarifas, houve liberalização financeira precoce, com programas de estabilização baseados em âncora cambial. Os déficits comerciais explodiram e os juros se elevaram para atrair capitais de curto prazo. O resultado: ataques especulativos, estagnação econômica, elevação do desemprego e da pobreza.

Entre 1990 e 1999, os superávits da América Latina em bens primários cresceram só 14%, contra um aumento dos déficits comerciais de bens industrializados, concentrados nos países desenvolvidos, de 400%. O contraste com os países da Ásia em desenvolvimento (incluindo China, Índia e tigres asiáticos) é revelador.

No ano 2000, enquanto a América Latina participava com cerca de 5% das exportações totais mundiais, este grupo de países já respondia por quase ¼ das vendas externas. A diferença é ainda maior nas exportações de manufaturados: participação de 3,5% da América Latina, contra 17% da Ásia em desenvolvimento.

Como resultado desta abertura precipitada, combinada com baixo dinamismo econômico e instabilidade dos investimentos, entre 1980 e 2000, a participação da indústria no PIB (Produto Interno Bruto) latino-americano caiu cerca de 10 pontos percentuais, de 28% para 18% - um caso nítido de desindustrialização.

A queda da participação dos empregos da indústria de transformação no total dos postos de trabalho urbanos mostrou-se ainda mais drástica. Hoje a América Latina possui cerca de 21 milhões de trabalhadores empregados na indústria de transformação, número inferior ao verificado no início da década de noventa.

Pressão em Hong Kong

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, João Vaccari Neto, a luta por um comércio justo, que traga ganhos para o conjunto dos países e não para os mais ricos, é o desafio que está colocado. "Por isso estaremos presentes em Hong Kong, fazendo pressão sobre nossos representantes na OMC. Queremos que o comércio seja sinônimo de riqueza e desenvolvimento, especialmente para os trabalhadores, que devem ter seus direitos fundamentais preservados, com a melhoria das suas condições de vida e trabalho. Somos parte da delegação oficial do Brasil e buscamos que esta seja uma rodada do desenvolvimento para todos e não para alguns países industrializados", ressaltou.

Vaccari lembrou ainda que paralelamente à intervenção junto aos governos, os movimentos social e sindical estarão pressionando nas ruas para que os interesses dos povos sejam respeitados, impedindo a selvageria nas relações internacionais. "Nos Estados Unidos não há legislação trabalhista, eles não são signatários das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não é isso que queremos para o mundo. Queremos regras que contribuam para o crescimento e a justiça social nos países, não para atender às grandes corporações transnacionais", frisou.

Dauro Veras - Observatório Social, com informações de Leonardo Severo - CUT. (Instituto Observatório Social, 09.12.2005)

Pequeno agricultor quer mercado protegido

Protagonista na campanha pela forte derrubada de subsídios e tarifas de importação para produtos agrícolas, o Brasil tem, porém, um ministério e um grupo de agricultores preocupados em estabelecer exceções nessa empreitada liberalizante na OMC. Em Hong Kong, o objetivo do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, será moderar a ação ofensiva do Brasil, e proteger os interesses da pequena agricultura familiar, que, segundo garantem seus assessores, corre risco se os países se engajarem, sem cuidados, em um esforço de abertura no comércio agrícola mundial.

É grande o contraste com os outros ministérios e os empresários do agronegócio que defendem forte queda nas barreiras às exportações de produtos rurais. O objetivo do ministério de Rosseto e de líderes da agricultura familiar, apoiados por organizações não-governamentais, como a Action Aid, com quem o ministro se reuniu na semana passada, é garantir que os países em desenvolvimento possam estabelecer lista ampla de produtos a serem considerados "especiais", que seriam poupados nos cortes de tarifas promovidos pelos países em caso de sucesso da rodada. Esses produtos teriam menores reduções de tarifas e prazos maiores de liberalização.



Rosseto quer que o Brasil defenda a possibilidade de classificar na lista de "especiais" até 10% dos itens na pauta de importação de produtos agrícolas de países em desenvolvimento. "É importante diminuir subsídios que distorcem o comércio, aumentar o acesso a mercados, mas o país não pode atender somente às necessidades dos agricultores ligados à grande indústria exportadora", afirma o assessor internacional do ministério, Laudemir Müller. "É preciso defender, por exemplo, pequenos agricultores que produzem leite comercialmente no país."

O Brasil tem um teto de 55% para a tarifa de importação a ser aplicada ao leite em pó, e pratica uma tarifa de 31% para defender os produtores locais. Uma redução como a que vem sendo negociada no acordo entre Mercosul e União Européia baixaria o teto para 27%, expondo o produto brasileiro à competição internacional, inclusive dos europeus, que não reduzirão seus subsídios locais a ponto de saírem do mercado de exportação, acredita Müller. A tarifa alta autorizada pela OMC é o único mecanismo de defesa contra surtos de importação, já que o Brasil tem poucos recursos orçamentários para apoiar os agricultores, argumenta o assessor. Sergio Leo De Hong Kong

Agricultores europeus protestam

Foto: Associated Press



Conforme se aproxima a reunião da Organização Mundial do Comércio em Hong Kong, na próxima semana, cresce a pressão do setor agrícola europeu contra a negociação de abertura de mercado. Ontem, cerca de mil produtores rurais franceses e alemães bloquearam a Ponte da Europa, entre Kehl, na Alemanha, e Estrasburgo, na França (foto).

Eles consideram excessiva a proposta de corte de tarifas para produtos agrícolas feita pelas autoridades européias, apesar de ela ter sido considerada insuficiente por outros países, entre eles o Brasil. "Queremos que a Europa

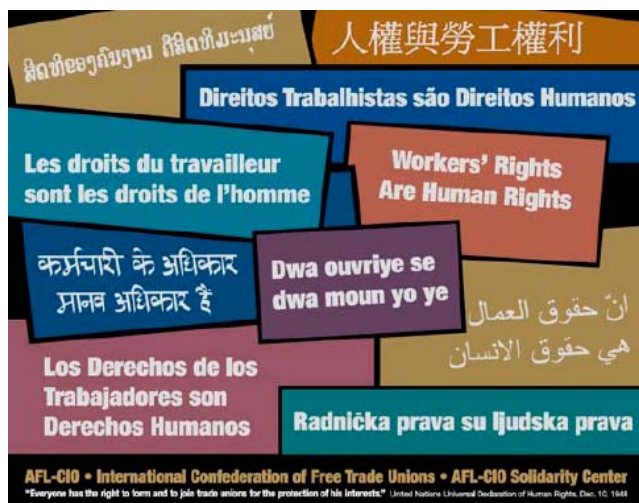
defenda seus interesses. Se importarmos produtos de países que produzem com salários de 50 a 100 euros [por mês], também estaremos importando pobreza", disse o sindicalista francês Christian. O ato foi convocado por entidades do setor. Houve ainda protesto em Paris. (Valor 08.12.2005)

A AFL-CIO, a central sindical dos Estados Unidos coordenou o manifesto que transcrevemos abaixo. Assinado por dez "prêmios Nobel" o manifesto pede direitos humanos para os trabalhadores. A tradução é do Centro de Solidariedade da AFL-CIO no Brasil.

Direitos Humanos no Local de Trabalho

Uma conclamação global aos Direitos Humanos no Local de Trabalho

Como as pessoas ao redor do mundo preparam-se para observarem o Dia Internacional de Direitos Humanos, em 10 de dezembro, nós, os abaixo assinados, ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, estamos seriamente preocupados com a situação dos direitos dos trabalhadores em muitos países. O Dia Internacional dos Direitos Humanos comemora a adoção, pelas Nações Unidas em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta declaração, a qual se tornou a pedra fundamental do movimento dos direitos humanos moderno, declara nitida e precisamente que todas as pessoas têm um direito humano inalienável e fundamental para formar e fazer parte de sindicatos para a proteção de seus interesses. A proteção do direito de formar sindicatos não é somente exigido pela Declaração Universal mas também é vital promover, de um modo geral, a prosperidade econômica, a justiça social e as democracias fortes.



Ainda hoje em muitos países, o exercício deste direito fundamental é muito pouco protegido e, em alguns, é explicitamente banido ou brutalmente suprimido. Em grande parte, muitos trabalhadores que lutam para formar sindicatos com o propósito de negociar coletivamente com seus empregadores sobre os termos e condições de seu contrato, estão diante de ameaças, assédios, deportações, perda de emprego, prisão, espancamentos, torturas ou até assassinatos.

Em Burma e na China, sindicatos independentes são legalmente proibidos e a violação daquela proibição é severamente punido.

No Zimbábue, Belarus e Colômbia, os ativistas sindicais são freqüentemente vigiados,

assediados, espancados, presos, maltratados enquanto em custódia policial e sujeitos às leis que muitas vezes tornam as negociações coletivas extremamente difíceis, se não impossíveis. Noventa sindicalistas foram assassinados na Colômbia, somente no ano passado.

Na Bósnia e Herzegovina e Ucrânia, os líderes sindicais foram assediados e intimidados, e leis restringem a negociação coletiva e o direito a greve.

Até mesmo a nação mais rica do mundo, os Estados Unidos, falha adequadamente para proteger os direitos dos trabalhadores na formação de sindicatos e na negociação coletiva. Milhões de trabalhadores dos Estados Unidos são desprovidos de qualquer proteção legal para a formação de sindicatos e milhares são discriminados todos os anos por tentarem exercitar estes direitos.

Não podemos continuar em silêncio diante destes e outros abusos sérios dos direitos dos trabalhadores. Conclamamos todas as nações neste Dia Internacional dos Direitos Humanos a cumprirem a Declaração Universal e, finalmente, a protegerem e defenderem verdadeiramente os direitos dos trabalhadores, incluindo o direito de formar sindicatos e negociar coletivamente.

Abaixo assinados, em 1 de Dezembro de 2005:

1. Desmond Tutu (África do Sul), Arcebispo da África do Sul, ganhador em 1984
2. Dr. José Ramos-Horta (Timor Leste) Ministro das Relações Internacionais e de Cooperação, ganhador em 1996
3. John Hume (Irlanda do Norte) Professor da Universidade de Ulster, ganhador em 1998
4. Lech Walesa (Polonia) Presidente do Instituto Lech Walesa, ganhador em 1983
5. Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear, ganhador em 1985
6. Betty Williams (Irlanda do Norte) Centro Mundial de Misericórdia de Crianças Internacional, ganhador em 1976
7. Mairead Corrigan Maquire (Irlanda do Norte), Pessoas da Paz, ganhador em 1976
8. Jimmy Carter (USA) Presidente, Carter Center, ganhador em 2002
9. Shirin Ebadi (Irã) Sociedade Iraniana dos Direitos das Crianças e Centro de Defesa dos Direitos Humanos, ganhador em 2003
10. Jodie Williams (USA) antigo Diretor Executivo da Campanha Internacional Para a Proibição de Minas Terrestres, ganhador em 1997

Sindicalistas 'abraçaram' o Edifício Mercosul

Na última sexta-feira, 10 de Dezembro, os sindicalistas presentes na Cumbre Sindical " Por Emprego, Direitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável" promovida pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul abraçaram o Edifício Mercosul .

O abraço fez parte de uma série de atividades que a CCSCS durante a Cúpula Presidencial do Mercosul . Segundo o declarou ao jornal La Republica o companheiro Rafael Freire ex-secretário geral da CCSCS e atual secretário da ORIT, o abraço foi para demonstrar aos presidentes reunidos em Montevideu que "queremos o Mercosul para os povos e não apenas para o comércio das grandes empresas" .

Posteriormente, durante a sessão pública da Cumbre presidencial o atual secretário geral da CCSCS, o companheiro Valdir Vicente da CGT-Brasil, entregou seu pronunciamento aos presidentes.

Segue-se, na íntegra, o documento.

Senhores Presidentes, autoridades presentes, cidadãos e cidadãs do Mercosul

Companheiros e companheiras,

Na primeira metade da década de 90 nossos países promoveram uma importante abertura unilateral de sua tarifa comercial externa. A medida teve repercussões seriíssimas para a estrutura produtiva e para as empresas que atuam na região. Quadro que se agravou, posteriormente, com a sobrevalorização cambial, que aumentou as desvantagens da produção doméstica em relação à concorrência internacional. Uma das principais conseqüências foi a elevação do desemprego.

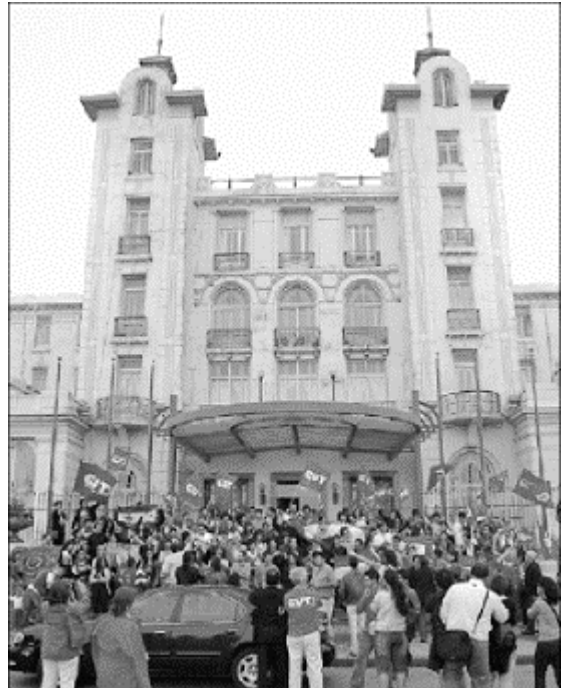
Foi nesse contexto que o Mercosul foi construído, condicionado pelas regras aberturistas da OMC e das negociações comerciais externas (ALCA, União Européia).

Após as mudanças políticas dos últimos três anos, o discurso orientador do Mercosul reforçou a defesa da soberania e a construção de um arco de alianças e associações comerciais voltadas para a complementação econômica e produtiva na região sul-americana. Assim como a abertura de canais de articulação com os países emergentes do hemisfério sul.

É nessa perspectiva que se inserem iniciativas importantes como: o projeto de criação da Comunidade Sul-americana de Nações; a criação do G 20 na OMC (com o aprofundamento das relações com a Índia e África do Sul); o encontro América do Sul e Países Árabes, etc. Iniciativas que, não isolaram a região (como alguns têm afirmado), mas sim criaram as condições para a não aceitação de acordos de livre comércio prejudiciais aos nossos países, como a ALCA, os termos impostos pela União Européia e às propostas dos países desenvolvidos na OMC. Confiamos e esperamos que esse posicionamento perdure.

Mas, apesar do balanço positivo que se pode fazer, quero ressaltar alguns aspectos que comprometem a plena concretização desses objetivos. O principal deles é a manutenção de uma política macroeconômica subordinada à mesma visão monetarista do passado recente e o aprofundamento da liberalização comercial e financeira como mecanismo de atração de investimentos externos e controle da inflação. Por isso somos contra o estabelecimento e/ou manutenção dos Acordos de Proteção de Investimentos (na verdade protetor dos investidores) e somos contra que se aceite promover significativos cortes tarifários para bens industriais e serviços na OMC, em troca da suspensão dos subsídios agrícolas ou o aumento de cotas de importação pela liberalização nas "áreas sensíveis". Será uma nova abertura unilateral em troca de um quase nada que resultará na perda de autonomia e inviabilização de uma política de desenvolvimento e de produção.

Tarifas comerciais externas não são instrumentos de arrecadação e sim a base para a escolha de uma política industrial e agrícola mais conveniente ao país.



Assim como defendemos o reconhecimento das assimetrias e o estabelecimento de flexibilidades que permitam aos países em desenvolvimento decidir prazos e condições para implementar as regras do comércio multilateral, temos que assumir essa postura no Mercosul, aceitando a flexibilização parcial e temporária nas regras comerciais, mediante comprovação de dano e o estabelecimento de mecanismos de reversão, caso comprovado desvios de comércio em relação a terceiros países.

É preciso reconhecer que os conflitos setoriais paralisam o aprofundamento da integração e prejudicam principalmente os trabalhadores. Mas temos a certeza que a aplicação de medidas protecionistas não resolverão o problema, pois este é fruto da forma excludente com que as multinacionais promovem a criação de cadeias produtivas regionais e que somente com medidas e instrumentos que promovam a integração produtiva poderemos de fato minimizar o efeito das assimetrias.

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Mercosul acompanha e intervém nesse processo desde o seu início. A partir de 2003, passamos a ter mais participação e muito mais expectativas. É certo que temos sido mais ouvidos pelos governos atuais que os anteriores, mas a grande maioria de nossas críticas e propostas não têm sido consideradas, não só as que se referem ao plano macroeconômico e político, mas também as que se referem às questões produtivas e trabalhistas.

Atualmente temos mais de 12 milhões de desempregados e mais de 60 milhões em condições precárias de emprego. E como esse tema vem sendo tratado no Mercosul? As recomendações aprovadas pelo Grupo de Alto Nível de Emprego não puderam ultrapassar o plano declaratório já que possíveis projetos regionais são limitados pela inexistência de políticas tributárias e fiscais comuns e, principalmente porque o corte transversal que havia sido proposto não se viabilizou nos debates internos de cada governo.

As propostas em debate no Grupo de Alto Nível de Emprego foram feitas sem uma referência às diferentes políticas de investimentos, industrial, agrícola, etc e não foram precedidas de uma avaliação mínima dos impactos das medidas comerciais e econômicas sobre o mercado de trabalho. Como pode ser, que depois de 11 anos de funcionamento o Mercosul não tenha um estudo, se quer uma avaliação, dos impactos positivos ou negativos das decisões até hoje tomadas sobre os empregos e as condições de vidas dos trabalhadores e trabalhadoras?

Defendemos que nossos governos analisem seriamente essas questões e determinem o estabelecimento de condições políticas e orçamentárias para o seu tratamento, assim como o pleno funcionamento dos organismos sociolaborais, para que possam efetivamente cumprir sua função e sejam um recurso que os trabalhadores e trabalhadoras possam usar em sua defesa.

Reafirmamos o papel positivo da criação do Fundo de Convergência Estrutural- FOCEM e voltamos a reivindicar que este garanta a inclusão das pequenas e micro-empresas, cooperativas, agricultura familiar e outras iniciativas da economia solidária nos projetos que financie.

Saudamos a criação do Parlamento Mercosul, ao nosso ver uma ferramenta indiscutível que deve fortalecer a democracia na região. Mas alertamos sobre as dificuldades de se garantir uma maior participação das organizações da sociedade civil, sem uma maior difusão das principais informações sobre o Mercosul e a agilização dos canais para a internalização das decisões em cada país. É preciso reforçar os organismos de representação da sociedade, garantindo-lhes plenas condições de funcionamento e capacidade para responder em tempo, e com qualidade, às consultas que deveria receber e que, até o momento, têm sido escassas.

Saudamos a incorporação de Venezuela como Estado Parte do Mercosul, com a certeza que esta reforçará e dinamizará o processo de integração e o avanço do processo de construção da Comunidade Sul-americana de Nações.

Entendemos que para construir um bloco com essas dimensões e, para que este seja a base do relacionamento com outras regiões e, principalmente, os países mais desenvolvidos, é preciso ir além de um acordo de livre comércio e de investimentos em infra-estrutura. É claro que esses aspectos conformam a base material de uma associação como essa, mas se não houver uma integração política, produtiva, cultural e social, não teremos força para fazer frente à estratégia dos Estados Unidos de isolar o Mercosul, através da realização de acordos bilaterais como os que vem sendo negociados com os países andinos. Nós temos disposição de contribuir e apoiar essa iniciativa e queremos ser parte dela. *(Correio Sindical Mercosul, 09.12.2005)*

Mercosul, 09 de dezembro de 2005

A sombra que nos protege

Por Eric Hobsbawm

O HISTORIADOR INGLÊS, CONSIDERADO EM PESQUISA RECENTE UM DOS INTELLECTUAIS MAIS INFLUENTES DO MUNDO, ANALISA A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DOS EUA A PARTIR DA 1ª GUERRA E FAZ UM PROGNÓSTICO PERTURBADOR PARA O SÉCULO 21

Três continuidades ligam os Estados Unidos globais da era da Guerra Fria à tentativa de consolidar a supremacia mundial a partir de 2001. A primeira é sua posição de dominação internacional, fora da esfera de influência dos regimes comunistas durante a Guerra Fria, globalmente desde o colapso da União Soviética.

Essa hegemonia não se baseia mais meramente no tamanho da economia norte-americana. Apesar de grande, ela declinou desde 1945, e seu declínio relativo continua. Não é mais o gigante industrial global. O centro do mundo industrializado está rapidamente mudando para a parte mais oriental da Ásia.

Diferentemente dos antigos países imperialistas e da maioria dos países industriais desenvolvidos, os EUA deixaram de ser um exportador líquido de capital ou o maior ator no jogo internacional de aquisição ou criação de empresas em outros países, e a força financeira do Estado repousa na constante disposição de outros, na maioria asiáticos, a sustentar um déficit fiscal que de outro modo seria intolerável.

Recursos poderosos

A influência da economia norte-americana hoje repousa amplamente no legado da Guerra Fria: o papel do dólar americano como moeda mundial, as conexões internacionais de firmas americanas fundadas naquela era (notadamente em setores ligados à defesa), a reestruturação das transações econômicas e práticas comerciais internacionais pelo modelo americano, muitas vezes sob os auspícios de firmas americanas. São recursos poderosos, que só deverão diminuir lentamente.

Por outro lado, como mostrou a Guerra do Iraque, a enorme influência política dos EUA no exterior, que se baseava numa genuína "coalizão dos dispostos" contra a União Soviética, não tem um fundamento semelhante desde a queda do Muro de Berlim.

Mas o enorme poderio militar-tecnológico dos EUA é claramente incontestável. Ele faz do país a única potência capaz de uma intervenção militar efetiva e sem demora em qualquer parte do mundo e por duas vezes demonstrou sua capacidade de vencer pequenas guerras com grande rapidez. No entanto, como mostra a Guerra do Iraque, mesmo essa capacidade incomparável de destruição não é suficiente para impor o controle eficaz a um país resistente -e menos ainda ao globo.

Não obstante a dominação dos EUA é real, e a desintegração da União Soviética a tornou global.

O segundo elemento de continuidade é o estilo peculiar do império americano, que sempre preferiu Estados satélites ou protetorados a colônias formais. O expansionismo implícito no nome escolhido para as 13 colônias independentes na Costa Leste do Atlântico (Estados Unidos da América) foi continental, não colonial. O expansionismo posterior do "destino manifesto" foi ao mesmo tempo hemisférico e voltado para a Ásia Oriental assim como inspirado na supremacia comercial e marítima global do Império Britânico. Poder-se-ia até dizer que, em sua asserção da supremacia total americana no hemisfério ocidental, foi ambicioso demais para limitar-se à administração colonial de partes dele.

O império americano consistiu, portanto, em países tecnicamente independentes fazendo o jogo de Washington, mas, dada sua independência, isso exigia uma constante prontidão para pressionar seus governos, incluindo pressão por "mudanças de regime" e, onde factível (como nas minirrepúblicas da região do Caribe), a periódica intervenção armada dos EUA.

Potencial da ignomínia

A terceira linha de continuidade liga os neoconservadores do presidente George W. Bush à certeza dos colonizadores puritanos de serem o instrumento de Deus na Terra e à Revolução Americana - que, como todas as grandes revoluções, desenvolveu convicções de um missionário global, limitadas apenas pelo desejo de proteger a nova sociedade de uma liberdade potencialmente universal -das corrupções do "Velho Mundo" não reconstruído.

A maneira mais eficaz de superar esse conflito entre isolacionismo e globalismo seria sistematicamente explorada no século 20 e ainda é muito útil a Washington no 21. Era descobrir um inimigo estrangeiro que representasse uma ameaça imediata e mortal ao "american way of life" e à vida de seus cidadãos.

O fim da União Soviética eliminou o candidato óbvio, mas no início dos anos 90 outro foi detectado no "choque" entre o Ocidente e outras culturas que relutavam em aceitá-lo, notadamente o islã.

Assim, o enorme potencial político da ignomínia da Al Qaeda no 11 de Setembro foi imediatamente identificado e explorado pelos dominadores mundiais de Washington.

A Primeira Guerra Mundial, que transformou os EUA em potência global, viu a primeira tentativa de traduzir em realidade essas visões de conversão do mundo, mas o fracasso de Woodrow Wilson foi espetacular; talvez devesse servir de lição para os atuais ideólogos da supremacia mundial em Washington, que corretamente reconhecem Wilson como um predecessor.

Até o fim da Guerra Fria, a existência de outra superpotência lhes impunha limites, mas a queda da União Soviética os removeu. [O historiador] Francis Fukuyama proclamou prematuramente o "fim da história" -o triunfo universal e permanente da versão americana de sociedade capitalista.

Ao mesmo tempo, a superioridade militar dos EUA encorajou uma ambição desmedida em um Estado suficientemente poderoso para se considerar capaz da supremacia mundial, como nunca fizera o Império Britânico em sua época. E, de fato, ao principiari o século 21, os EUA ocuparam uma posição historicamente única e inaudita de poder e influência globais.

Neste momento são a única grande potência pelos critérios tradicionais da política internacional e certamente a única cujo poder e cujos interesses abrangem todo o globo. Ela paira sobre todas as outras.

Todas as grandes potências e impérios da história sabiam que não eram os únicos, e nenhum esteve em condições de pretender uma verdadeira dominação global. Nenhum deles se considerou invulnerável.

No entanto isso não explica totalmente a evidente megalomania da política americana desde que um grupo de "insiders" de Washington decidiu que o 11 de Setembro era a oportunidade ideal para declarar sua dominação exclusiva do mundo.

Por um lado, ela não tinha o apoio dos pilares tradicionais do império americano pós-1945 -o Departamento de Estado, as Forças Armadas e a comunidade de inteligência- e dos estadistas e ideólogos da supremacia da Guerra Fria -homens como Henry Kissinger e Brzezinski. Essas pessoas foram tão impiedosas quanto os Rumsfelds e Wolfowitzes (foi na época deles que ocorreu um genocídio dos maias na Guatemala, na década de 80).

Eles haviam criado e administrado uma política de hegemonia imperial sobre a maior parte do globo durante duas gerações e estavam perfeitamente preparados para estendê-la a todo o globo. Eles eram e são críticos dos planejadores do Pentágono e dos neoconservadores que defendem a supremacia mundial porque estes patentemente não tiveram nenhuma idéia concreta, a não ser impor sua supremacia apenas pela força militar, incidentalmente descartando toda a experiência acumulada da diplomacia e do planejamento militar dos EUA.

Sem dúvida, o fracasso no Iraque confirmará seu ceticismo.

Sem justificativa

Mesmo aqueles que não compartilham as opiniões dos velhos generais e procônsules do império mundial dos EUA (que foram igualmente de governos democráticos e republicanos) concordarão em que não pode haver justificativa racional para a atual política de Washington, em termos de interesses das ambições imperiais ou de interesses globais do capitalismo americano.

Pode ser que ela só tenha sentido em termos dos cálculos, eleitorais ou outros, da política interna americana. Pode ser um sintoma de uma crise mais profunda na sociedade americana. Pode ser que ela represente a colonização -espera-se que breve- do poder em Washington por um grupo de doutrinários quase revolucionários (pelo menos um apaixonado ex-marxista defensor de Bush me disse, apenas meio brincando: "Afiml, esta é a única chance de apoiar a revolução mundial que parece combinar comigo"). Essas perguntas ainda não podem ser respondidas.

É razoavelmente certo que o projeto fracassará. Porém, enquanto prosseguir, continuará fazendo do mundo um lugar intolerável para os que estão diretamente expostos à ocupação armada americana e um lugar inseguro para todos nós.

O texto acima é um trecho do prefácio escrito por Eric Hobsbawm à nova edição de "America - The New Imperialism" [América -O Novo Imperialismo, ed. Verso, 440 págs., R\$ 41], de V.G. Kiernan. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>